

ASSOCIATIVISMO, PROFISSÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS – III SEMINÁRIO NACIONAL DE  
TRABALHO E GÊNERO

**SESSÃO TEMÁTICA:** ASSOCIATIVISMO, IDENTIDADE E POLÍTICAS DE EMPREGO E  
RENDA.

**Geração de renda para mulheres e divisão sexual do trabalho:  
Limites ao trabalho feminino**

---

Anne Grace Gomes  
Cássia Maria Carloto

## **Resumo**

Esta pesquisa tem como objetivo, refletir sobre os limites da proposta dos grupos de geração de renda para mulheres no que se refere ao processo de emancipação do trabalho feminino e também na redefinição das relações de poder entre homens e mulheres. Parte-se do pressuposto que os grupos de geração de renda vinculam ao seu conteúdo a prática de atividades que se encontram circunscritas na divisão sexual do trabalho, que na perspectiva histórica, tem (re) construído a desigualdade de gênero, à medida que reforça e dicotomiza práticas consideradas femininas e masculinas, sendo as primeiras invisibilizadas dentro da sociedade. Quando as atividades propostas nos grupos remetem às funções de doceiras, costureiras, bordadeiras, entre outras ações que claramente trazem à tona as funções que sempre foram desempenhadas no lar, perguntamos se de fato, tais atividades conseguem contribuir decisivamente para o desenvolvimento e reconhecimento do trabalho das mulheres. As reflexões tecidas são parte da investigação que se realiza para o projeto de pesquisa do Programa de Mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, que se encontra em andamento.

**Palavras-chave:** Divisão sexual do trabalho, geração de renda, política pública.

## **Abstract**

This research is aimed at reflecting on the limits of the proposed groups for income generation for women in relation to the process of emancipation of women's work and also in the redefinition of power relations between men and women. It starts from the assumption that groups bind to generate income to your content to practice activities that are circumscribed in the sexual division of labor, which in historical perspective, has (re) constructed gender inequality, as it reinforces and dichotomized practices considered male and female, being the first invisibilized within society. When the proposed activities in the groups refer to the functions of confectioners, tailors, embroiderers, and other actions that clearly bring out the functions that were always performed in the home, ask if indeed, such activities can contribute decisively to the development and recognition of work women. The reflections are woven part of the research that is conducted for the research project of the Masters Program in Social Work and Social Policy, State University of Londrina, which sin progress.

**Keywords:** Sexual division of labor, income generation, public policy.

## **Introdução**

Esta pesquisa tem como objetivo, refletir sobre os limites da proposta dos grupos de geração de renda para mulheres no que se refere ao processo de emancipação do trabalho feminino e também na redefinição das relações de poder entre homens e mulheres. Parte-se do pressuposto que os grupos de geração de renda vinculam ao seu conteúdo a prática de atividades que se encontram circunscritas na divisão sexual do trabalho, que na perspectiva histórica, tem (re) construído a desigualdade de gênero, à medida que reforça e dicotomiza práticas consideradas femininas e masculinas, sendo as primeiras invisibilizadas dentro da sociedade.

Quando as atividades propostas nos grupos remetem às funções de doceiras, costureiras, bordadeiras, entre outras ações que claramente trazem à tona as funções que sempre foram desempenhadas no lar, perguntamos se de fato, tais atividades conseguem contribuir decisivamente para o desenvolvimento e reconhecimento do trabalho das mulheres.

O formato de grupos produtivos baseados na Economia Solidária traz duas questões fundamentais para análise. A primeira refere-se a sua baixa sustentação econômica. Seja pela dificuldade de competitividade com o potencial produtivo do mercado, ou pela própria condição de informalidade, o que aponta precarização e instabilidade da força de trabalho - neste caso, levando em consideração que o público majoritário dessas iniciativas são mulheres – o que se observa é o desenvolvimento de atividades que pouco ou nada podem interferir nas reais causas da vulnerabilidade social das mulheres que participam, o que nos instiga perguntar até que ponto é trabalho ou se apenas se trata de um espaço de ocupação e convivência, enquanto estratégia política. A segunda refere-se ao tipo das atividades desempenhadas e sua relação com a divisão sexual do trabalho. À medida que são construídos grupos, dentro de uma política pública, que reforcem o caráter maternal e a produção dos cuidados (Carrasco, 2005), há que se questionar o comprometimento das mesmas no que se refere a incorporação do conteúdo de gênero, que defende a redefinição das relações de poder entre homens e mulheres, e de que modo pode dificultar na redefinição das fronteiras da divisão sexual do trabalho, posto que reafirma um lugar que é, historicamente, ocupado por mulheres, e que por isso mesmo assume um menor valor social quanto a organização da estrutura social.

Em que proporção os trabalhos desempenhados pelas mulheres nos grupos de geração de renda encontram espaço no mercado capitalista? São valorizados enquanto trabalho produtivo? Estas questões são de fundamental importância para se compreender os limites e possibilidades deste tipo de política pública – que vem crescendo em todo Brasil - enquanto estratégia de promoção da emancipação para mulheres pobres, sem perder de vista a contribuição da leitura sob a perspectiva de gênero, que traz os elementos essenciais para uma discussão crítica acerca de tais proposições.

As reflexões tecidas são parte da investigação que se realiza para o projeto de pesquisa do Programa de Mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, que se encontra em andamento. Consiste na revisão literária que trata sobre o tema, para tecer algumas considerações com relação à discussão. Traz os debates que já são realizados nas produções teóricas - principalmente as que pertencem ao conteúdo das investigações dos movimentos feministas – em uma perspectiva de análise crítica, sem, contudo, se esgotar nos elementos necessários para conferir a visibilidade ao tema.

## **Divisão sexual do Trabalho: Notas para a definição de uma categoria teórica**

O trabalho enquanto prática social sexuada expressa as características e significados diferenciados às práticas, assumidos no contexto das relações sociais entre os sexos. Equivale dizer que na trajetória histórica da construção das relações sociais entre os sexos, o trabalho foi sendo dividido entre os sexos, supondo características distintas segundo o sexo, não só em relação a tipologia das atividades, mas também agregando dimensões de valor e competência baseados em valores abstratos construídos socialmente sobre o que é “ser mulher” e “ser homem”.

Assim como a divisão social do trabalho existe para organizar o conjunto da produção na sociedade, a divisão sexual do trabalho - que não se trata de uma categoria separada da noção de divisão social e técnica do trabalho - existe para organizar o trabalho de homens e mulheres na estrutura social. Neste sentido, supõe-se a existência de um arranjo de competências e atribuições que se vinculam ao universo feminino, e outro arranjo de funções que pertencem ao gênero masculino. Segundo Kergoat (2003) as condições em que mulheres e homens se (re) produzem na sociedade não são produtos de um destino biológico, mas sim de construções sociais.

A reprodução dos valores contidos nos princípios que organizam estas relações se faz através de suas bases materiais, ou seja, o trabalho, e se disseminam ao longo das práticas sociais dos indivíduos e através das instituições sociais que sistematizam a vida cotidiana. Através do trabalho, as relações de poder contidas nas relações sociais entre os sexos, se materializam através da “divisão do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, de divisão sexual do trabalho” (Kergoat, 2003, p.55). Para Hirata e Kergoat (2007), a definição do conceito, fruto do processo histórico dos movimentos feministas – principalmente na França – se fez na necessidade de reproduzir teoricamente a invisibilidade do trabalho da mulher na sociedade, efetuado gratuitamente e ancorado no discurso de função “natural” e amor materno conjugal.

Este foi o pressuposto inicial para a origem do termo, que permitiu descaracterizar a imagem de trabalho como sendo somente prática masculina, realizada na esfera da produção, para incluir a mulher como também trabalhadora, e a função doméstica enquanto trabalho como apontam Hirata e Kergoat (2007, p.597). As análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional, isso permitiu considerar “simultaneamente” as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional. Nesta perspectiva, para as autoras, divisão sexual do trabalho aparece enquanto categoria de análise capaz de explicar, materialmente como se desenvolve o trabalho de homens e mulheres na sociedade, e neste sentido, como a organização do trabalho entre os sexos torna-se fator imprescindível para a sobrevivência da relação social entre os sexos.

Deste modo o trabalho de homens e mulheres não se caracterizará tão somente pelo princípio da diferença, mas também pela hierarquia, na qual o trabalho de homens tem maior valor social que o trabalho das mulheres. Kergoat destaca a respeito dos princípios que organizam o trabalho de homens e mulheres:

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores:  
o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de

mulheres) e o princípio da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher) (KERGOAT, 2003, p.56).

A estruturação da divisão sexual do trabalho expressa como categoria as relações de poder entre homens e mulheres, poder que se distribui de forma desigual, conformando historicamente a subordinação feminina e sua invisibilização no processo de construção da história. De acordo com Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos, adaptadas historicamente e em cada sociedade. Traduz-se na perspectiva da organização social como tarefas e funções de homens e mulheres, sendo as práticas sociais dos primeiros de maior valor social que das últimas. Esta conformação também refletiu um processo de separação dos espaços de pertencimento, vinculando as práticas sociais masculinas à esfera produtiva, e às práticas femininas ao espaço da reprodução e dos cuidados. Esta relação marcou não só as relações sociais entre os sexos, como também marcou por anos a produção teórica, que dividiu estas relações em espaços, sem pensar na fundamental articulação dos mesmos para a produção da sociedade.

Conforme Kon (2005), na análise da história, principalmente no período que compete à fase predominantemente rural e a pré - industrial, é possível perceber que as práticas desenvolvidas por homens e mulheres na unidade familiar, de modos diferenciados, eram partícipes do processo de produção de bens e serviços - já que a família era uma unidade econômica - utilizados não só pelos familiares, como também pela comunidade a qual pertenciam.

O trabalho feminino se definiu nesta divisão por sua função de reprodução da força de trabalho, o que segundo Kon (2005, p.2) “desta função se originaram as diferentes formas que tem assumido a subordinação feminina, em distintas sociedades”. Para a autora o lugar que a mulher ocupa na divisão sexual do trabalho vincula-se a função biológica, determinada socialmente, de criação e procriação dos filhos, não se tratando somente de gerar filhos, mas principalmente do papel de formação e manutenção, viabilizada através dos cuidados, educação, transmissão de valores. Mesmo com o ingresso das mulheres na esfera da produção, a visão mítica tradicional do “dever” materno-conjugal, continuou a ser considerada função da mulher.

As práticas sociais das mulheres, portanto, estruturaram-se em torno do mito da imagem materna e conjugal, assim como o trabalho feminino teve sua vinculação à esfera doméstica, a família e a produção dos cuidados. É válido lembrar que numa sociedade marcada pelo patriarcalismo – utilizado com grande êxito pelo capitalismo como instrumento eficaz para engrenagem do modo de produção - o trabalho vinculado com a reprodução não é totalmente invisível, ou seja, é visto como fundamental para a organização e manutenção da sociedade, posto que trata de formar e preparar sujeitos capazes de atuar no meio social. Entretanto torna invisíveis os indivíduos que realizam este trabalho, as mulheres, visto que, no ideário que permeia a construção de tais valores, o trabalho doméstico não aparece ligado à necessidade de habilidades e competências para a sua realização, uma vez que se manifesta como “natural”, isto é, constrói-se como valor natural vinculado a natureza feminina e por isso não tão digno de mérito quanto o trabalho produtivo que pressupõe a exigência de um conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos, essenciais ao desenvolvimento da sociedade.

Neste sentido, entender divisão sexual do trabalho na perspectiva da história e como produto de uma construção social significa entendê-la enquanto resultado das relações sociais, e não como destino biológico que transforma diferenças construídas em diferenças naturais.

Kergoat (2003) também tece algumas considerações que são imprescindíveis para o estudo da divisão sexual do trabalho. A primeira delas é sua indissociabilidade das relações sociais entre sexos. Isto porque as relações sociais são tensões que atravessam o campo social, e essas tensões produzem fenômenos sociais que invariavelmente incluem grupos sociais antagônicos que se colocam no jogo de conflitos em defesa de interesses. Neste caso, a autora conclui que se trata do grupo de homens e de mulheres que se tensionam em torno dos conflitos que envolvem o trabalho e suas divisões.

Esta construção social reflete não apenas a reprodução ideológica, mas principalmente suas bases na produção material, o que leva a crer que as mudanças não se referem única e exclusivamente à mudança de valores, sem que se haja mudanças efetivas nos demais campos sociais. E por fim, a divisão sexual do trabalho se estrutura sobre relações de poder e dominação, mais especificamente, a subordinação do gênero feminino ao gênero masculino.

De acordo com Kon (2005), a transformação dos modelos econômicos no decorrer da história, bem como outros condicionantes, tais como as mudanças de valores sociais e culturais que influíram na organização familiar permitiram o deslocamento da família e do ambiente doméstico enquanto unidade econômica, para a centralização da economia no modo de produção capitalista.

O ingresso da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, em resposta as demandas colocadas pela emergência do desenvolvimento capitalista, as mudanças nos padrões sociais e culturais da sociedade, assim como em relação ao empobrecimento das famílias operárias, representaram mudanças essenciais para os deslocamentos sofridos nas fronteiras da divisão sexual do trabalho. As mudanças ocorridas não representaram o equacionamento das desigualdades entre os sexos, mas sim o surgimento de novos problemas, mais complexos, que se circunscreveram não só no campo de análise das relações sociais de sexo, mas também no conflito entre capital e trabalho, nas relações entre as classes sociais e nos processos sociais que dão inteligibilidade ao sistema capitalista. Portanto, não mais que as outras formas de divisão do trabalho, a divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável. Se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil etc.) variam fortemente no tempo e no espaço (KERGOAT, 2003, p.56).

A discussão da divisão sexual do trabalho atualmente, não como simples terminologia que “descreve” as diferenças entre homens e mulheres (Hirata e Kergoat, 2007), mas como categoria teórica indispensável para análise das relações sociais entre os sexos, incorpora a necessidade de discutir a organização do trabalho entre os sexos, enfatizando as condições em que se operacionalizam o trabalho feminino na sociedade do capital.

A subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas manifesta-se não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho. A divisão sexual do trabalho

não é tão somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho (Lobo, 1991).

É ancorado nestes princípios e elementos que a sociedade foi construindo sua organização e reproduzindo a sua existência. Nesta direção, a divisão sexual do trabalho é recriada em todos os sentidos e em todos os espaços, e reforça padrões, comportamentos e costumes, reafirmando os lugares sociais e os sexos. Nas políticas públicas é possível observar a reprodução das clivagens de gênero, e como elas são funcionais para a manutenção de uma ordem apoiada nas desigualdades sociais.

Deste modo, a configuração das políticas que visam incidir no trabalho, em específico àqueles que têm como alternativa a geração de renda – crescentes no contexto do neoliberalismo e voltadas cada vez mais para as mulheres pobres - vão incorporar os elementos da divisão sexual do trabalho, e passam a desenhar suas estratégias de intervenção sobre as desigualdades de poder entre os sexos, reforçando ou mantendo padrões que criam tais fronteiras.

Na medida em que são localizadas como referência em suas famílias, essas mulheres são focalizadas como “gancho” para o desenvolvimento de ações com o objetivo de manter a sobrevivência da família através de estratégias, que aparecem em uma primeira leitura, como alternativas paralelas ao mercado.

### **Políticas de Emprego e Renda no Brasil e os caminhos para a geração de renda**

No caso brasileiro, de acordo com Pochmann (2006), as políticas de trabalho e emprego tiveram seu início na década de 30, mas com o foco tradicionalmente na população ocupada, através das leis sociais trabalhistas. Este foco inicial pode explicar-se pela necessidade de cooptação da classe trabalhadora, que passou a cobrar com mais veemência atuação do Estado sobre a regulação de condições mínimas para o exercício do trabalho, da mesma forma a conotação sugerida pelas políticas de trabalho e emprego, como afirma Ramos (2003), não tinham como centralidade a redução do desemprego, mas como eixo principal o crescimento econômico. Deste modo, são apenas entre as décadas de 60 e 70 que serão geridas as primeiras iniciativas voltadas para pessoas desempregadas.

O desenvolvimento das políticas de trabalho e emprego no Brasil vai ser crucial principalmente na década de 80, isso por causa da primeira recessão econômica (1981/1983), que segundo Pochmann (2006) aumenta o desemprego no país. No entanto, o autor frisa que o problema da estrutura do mercado de trabalho antecede este período, ou seja, embora o desemprego não tenha se expressado em altas taxas durante a fase entre 1930 e 1970, problemas de subdesenvolvimento tais como informalidade, baixos salários e desigualdade de remuneração sempre permaneceram no país.

Diante deste contexto, como coloca o autor, dois fatos serão marcos importantes para a política de trabalho e emprego no Brasil, o primeiro vem com a criação do seguro desemprego em 1986 e a redução da jornada de trabalho em 1988. Ambos surgem na conjuntura do período de redemocratização brasileira e expressa a influência do arcabouço teórico keynesiano, como a própria constituição.

De um lado, a adoção do seguro desemprego visou assegurar alguma garantia de renda aos trabalhadores desempregados do setor formal e, de outro, o rebaixamento do limite

oficial do tempo de trabalho de 48 para 44 horas semanais buscou gerar um adicional de vagas para cada estímulo de crescimento econômico (POCHMANN, 2006, p.33).

A partir da década de 90 mais ações públicas são voltadas para a questão do desemprego. Iniciativas como PLANFOR (Programa Nacional de Formação Profissional), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, que visavam, de acordo com Bulhões (2004), a oferta de educação profissional para qualificar ou requalificar, parte da população economicamente ativa; PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda), que consistiu em linhas de crédito para pequenas e micro empresas; BNDES e Programa de Emprego (PROEMPREGO) responsável pela garantia de melhora da qualidade de vida do trabalhador, foram algumas das medidas tomadas no sentido de implementação de políticas destinadas ao trabalho, emprego e renda no Brasil. Assim como lembra Pochmann (2006, p.35):

[...] todos com ênfase nas políticas ativas de geração de empregos e fundados nos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o país terminou gastando pouco com relação à proporção dos desempregados. Ao que parece, uma aplicação questionável dos recursos públicos disponíveis, em termos de eficácia e sensibilidade ao sentido do desemprego no país.

Autores como Ramos (2003), Pochmann (2006) e Barbosa (2007) apontam no caso brasileiro a deficiência das políticas de trabalho e emprego. Estas iniciativas além de desarticuladas expressam reduzido comprometimento do Estado, que segundo Pochmann (2001, p. 124) faz com que o “desemprego no Brasil siga tratado como um problema menor, na maioria das vezes identificado pelas autoridades governamentais como de ordem individual”, e não como um problema que tem sua gênese na esfera do coletivo.

O balanço que se faz do impacto destas políticas na estrutura do mercado de trabalho, denunciam a sua esterilidade, ou em outras palavras, demonstram a reduzida capacidade de operarem sobre o conjunto de necessidades impostas pelo quadro do desemprego, seja em função das pressões oriundas de fatores macroeconômicos (BARBOSA, 2007) ou ineficiência no que se refere aos investimentos.

Para compreender a re-significação que o trabalho possui hoje no contexto das sociedades capitalistas atuais, é necessária a superação dos limites impostos pela leitura binária oferecida pelo sistema empregado-desempregado. Barbosa (2007) chama a atenção neste sentido para a incorporação das novas e reiteradas formas de trabalho, que abrem precedentes para novas leituras de políticas, tais como o fomento do empreendedorismo, que manifestam ideologicamente uma ruptura com o trabalho na forma de emprego, e (re) cria uma aura de autonomia e “espírito empresarial”. Entretanto, como questiona a autora, como a prática empreendedora na figura das estratégias para geração de renda, podem amenizar os efeitos do mercado e da deficiência do mercado de trabalho a partir de uma quebra com a identidade assalariada? A grande questão reside no fato de saber se tais políticas não se orientam mais na perspectiva de preencher os vazios deixados pelo padrão de acumulação capitalista, do que de fato estimular uma possível autonomia de sujeitos.

A ascensão das políticas voltadas à geração de renda deve ser situada, primeiramente, no contexto histórico. Cabe lembrar que ela vem no mesmo bojo da discussão da economia solidária. O caráter cooperativista e centralizado na organização autônoma do trabalho é facilmente incorporado pelas agendas políticas, principalmente em meados da década de 90, período de maior consistência para o projeto neoliberal.

De acordo com Singer (2002), ao tratar da economia solidária - enquanto um movimento de expressão, principalmente nas décadas de 80 e 90 - traz que a eficiência do capitalismo em produzir riqueza, também se traduz na produção da pobreza, e que novas estratégias de sobrevivência podem representar “um modo de produção intersticial, inserido no capitalismo, em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade” (SINGER, 2002, p.116). Embora não seja correto afirmar que a ideia desenvolvida pela economia solidária seja equivalente ao conteúdo das políticas sociais focadas na população em situação de informalidade, não se pode negar que ofereceu o substrato para a utilização direcionada na formulação deste tipo de política.

De acordo com Barbosa (2007), a necessidade de redução da participação estatal nos gastos públicos, e a centralidade da sociedade civil, própria do significado da economia solidária, combinaram-se ao longo do processo de discussão das políticas públicas voltadas para o trabalho, emprego e geração de renda. Isso equivale dizer que, embora a economia solidária não guarde uma relação direta com o neoliberalismo ou com o poder público de forma geral, as ideias que foram geridas por este eixo teórico metodológico foram de encontro com as necessidades do projeto neoliberal, e no decorrer da estruturação destas políticas públicas, foram utilizados, orientados por interesses específicos, a fim de transferir a responsabilidade do trato do desemprego para a sociedade civil.

É neste eixo, como ação focalizada e compensatória, que as políticas direcionadas ao trabalho se orientaram, principalmente àquelas com foco na geração de renda. A geração de renda, de acordo com Barbosa (2007) consiste em uma alternativa recente na agenda pública e pertence enquanto modalidade do sistema público de emprego, em resposta às mudanças oriundas do mundo do trabalho, em específico no que consiste a sociedade salarial. Iniciou-se então em 1993, via CODEFAT (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador), as primeiras iniciativas que giraram em torno da liberação de micro créditos para apoio às pequenas e micro empresas, com objetivo de estimular a abertura de novos espaços ocupacionais para geração de renda.

É neste sentido que a geração de renda assumiu um espaço privilegiado no discurso político do Estado, na possibilidade de criação de estratégias alternativas ao emprego formal e assalariado, e sob o discurso da auto-gestão e empreendedorismo, mas que serviram tão somente para encobrir a incapacidade política de dar resolutividade ao problema do desemprego.

Segundo Barbosa (2007), no período referente ao governo Lula, as políticas de trabalho e emprego ganham mais visibilidade e passam por um conjunto mais articulado e integrado de ações do governo, tanto no que se refere às políticas ativas, quanto às políticas passivas. Exemplo disso é a extensão do seguro desemprego aos trabalhadores domésticos e pescadores, categorias consideradas em situação de maior risco social. Neste mesmo panorama, dentro dos eixos estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, abriu-se uma linha que visa apoio aos grupos produtivos, na linha da economia solidária, que visa fomento financeiro a este tipo de iniciativa. No entanto, a autora destaca que o benefício destinado à esses grupos não é superior a 2% do total de verba investida nas políticas do ministério. Se por um lado indica a inclusão da informalidade no conjunto de estratégias voltadas para a promoção do trabalho e emprego, por outro ressalta o caráter residual desta política, justamente quando devia ser o contrário, posto a dimensão da informalidade na realidade do trabalho no Brasil.

Também convém lembrar que, ao mesmo tempo em que a política de geração de renda foi introduzida no Ministério do Trabalho e Emprego, também se distribuiu entre outros ministérios, provocando a formação de outras secretarias, tal como o SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária)<sup>1</sup>, que tem como objetivo o fomento e apoio às iniciativas desenvolvidas na linha da economia solidária.

Nesta proporção o foco das políticas de trabalho muda. Mais precisamente, o que se presencia é o esvaziamento da categoria trabalho. Tal situação torna-se evidente na medida em que se observa a perspectiva focalista em que se toma esta política. A população alvo tornou-se aquela em situação de pobreza, e gradativamente iniciativas que deveriam pertencer a uma esfera que visa o campo do mundo do trabalho, passou a ser deslocado para outras esferas como a Assistência social, na trajetória dos programas de combate a pobreza, diminuindo relativamente à importância do desemprego enquanto questão central de uma conjuntura macroeconômica. Portanto, as políticas de trabalho, até então centralizadas na figura do Ministério do Trabalho, passaram a ser pulverizadas entre outros ministérios e secretarias, enfraquecendo a centralidade do trabalho, deixando-o na abstração de medidas para superação da pobreza.

O que se afirma atualmente enquanto políticas de trabalho, emprego e geração de renda vai na contramão das necessidades postas pela situação em que se coloca a força de trabalho. Barbosa (2007), Pochmann (2006) e Ramos (2006), são enfáticos ao colocar que a estrutura das políticas públicas no Brasil, no que se refere a trabalho e renda, não expressa as reais necessidades colocadas pelo mercado de trabalho. O que se assiste como afirma Pochmann (2006) é uma série de intervenções pouco ou nada integradas, com ausência de impacto a médio e longo prazo, e que responde não as necessidades geradas no contexto nacional, mas que respondem as determinações políticas e econômicas em escala global, baseando políticas em cartilhas e receituários de órgãos multilaterais, que não manifestam compromisso com a resolutividade do desemprego, tampouco o trata como um problema que se agudiza no contexto das relações macroeconômicas. O que se observa são os esforços para mantê-los no limbo das agendas públicas, estancando a situação com ações que reforçam uma abstração da pobreza.

A relação entre informalidade e pobreza não se faz em uma análise simplista, como afirma Lira (2006), visto que se trata de um conjunto de determinações econômicas, políticas e sociais que, combinadas, chegam à população como sob o efeito “cascata”. Tampouco pode se inferir que, desta situação, todos os indivíduos sentiram de forma homogênea os rebatimentos das desigualdades produzidas pelo capitalismo. O que leva a crer que o estudo aprofundado da questão exige o recorte de gênero, que existe, tão somente, articulado a demais aspectos como classe, raça gênero e etnia. O descortinamento deste ponto de vista permite compreender como as transformações ocorridas na sociedade, assim como o efeito das políticas sociais com enfoque de geração de renda incidem sobre as mulheres, tendo em vista as (re) configurações da divisão sexual do trabalho na ordem do capital, e com isso, entender as continuidades e descontinuidades do processo, no sentido de garantia dos direitos das mulheres.

---

<sup>1</sup> Disponível em [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acessado em 01/03/2010

## **Geração de renda para mulheres: Limites ao trabalho feminino na leitura da divisão sexual do trabalho**

A relação das mulheres com o mercado de trabalho, assim como as transformações de ordem econômica, social e cultural observadas tanto no Brasil, como nos demais países, geraram consequências responsáveis por novas configurações na divisão sexual do trabalho, bem como na condição de vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Este cenário permitiu o desenvolvimento de estudos acerca da situação de pobreza que se intensificou neste contexto, em particular da condição da pobreza da mulher, suscitando teorias a respeito da “feminização da pobreza” (Castro, 1999). A implicação deste argumento induziu à afirmação de que se elevou o grau de pobreza entre as mulheres, principalmente pelo aumento da chefia familiar entre elas, por se acreditar que a falta da figura do provedor masculino seria o fator complicador para o crescimento da pobreza das famílias chefiadas por mulheres.

Neste sentido, Castro (1999) alerta para alguns equívocos que decorrem desta leitura. Uma delas refere-se à ausência da figura masculina de provedor. Segundo a autora não se trata da ausência propriamente dita, mas porque as mulheres que são responsáveis por suas famílias, em algum momento, foram esposas ou companheiras com possibilidades e oportunidades mais reduzidas frente ao mundo do trabalho do que os homens. Neste caso, dentro da perspectiva da divisão sexual dos papéis, as mulheres em virtude da sua dedicação aos cuidados e reprodução ficaram limitadas quanto a qualidade da sua participação no mercado, e tal fato contribuiu, em um momento de perda de uma fonte de renda – seja do marido ou companheiro – para uma maior situação de risco entre as mulheres nestas condições.

Outra questão que a autora coloca reflete o fato de que, mesmo que não tenha havido a presença do marido ou companheiro, ou seja, que se trate de mulheres que constituíram família sem a presença de um homem na casa, ainda sim sua posição no mercado se dá mediante sua figura de mãe e esposa, e, portanto o salário é percebido não como fonte principal de renda, mas como rendimento complementar.

É importante destacar que a configuração do mercado de trabalho nas décadas de 80 e 90 também tem um importante peso para a discussão do aumento da pobreza entre as mulheres.

Aquelas inseridas no mercado de trabalho, assim como os homens, também foram pressionadas pelos rebatimentos da reestruturação produtiva, como o desemprego, a terceirização e a flexibilização dos direitos trabalhistas. Entretanto esses elementos tiveram impactos diferentes para homens e mulheres. Isto equivale dizer que embora tenha havido uma precarização do trabalho de forma geral, para as mulheres, este processo significou uma pressão maior para o trabalho informal, instável e precário, por razões tanto de ordem simbólica – o mito do destino doméstico e reprodutivo, enquanto espaço “natural” – quanto as de expressão material, relacionadas a pretensa desqualificação das mulheres frente ao novo padrão de acumulação exigente com a máxima qualificação da força produtiva.

Via de regra, as mulheres foram assumindo, não exclusivamente, os trabalhos relacionados com o setor de serviços e com os trabalhos que poderiam ser desempenhados em casa, todos, na sua grande maioria, expressão da insegurança e precariedade do trabalho.

Outro ponto a ser destacado, conforme elucida Castro (1999 *Apud* Bruschini, 1998) refere-se ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Se por um lado indicou a conquista da pressão dos movimentos feministas para a inserção das mulheres no mundo do trabalho, também refletiu, em grande parte, o empobrecimento da família operária, sendo necessário o aumento de trabalhadores e trabalhadoras na unidade familiar para garantir a sobrevivência, o que acarretou a sobrecarga de trabalho às mulheres e as adolescentes mulheres, em razão do trabalho doméstico, incidindo na qualidade da dedicação aos estudos e a qualificação.

Nesta perspectiva, como coloca Melo (2005) os estudos relacionados à pobreza e gênero que dão enfoque a chefia feminina como fator causador do aumento da pobreza entre as mulheres, tem sofrido críticas, uma vez que não abordam o conjunto de situações que se manifestam na unidade familiar, tal como a presença das famílias extensas, permanência de jovens adultos nas suas famílias, idosos que residem na mesma casa (Sunkel, 2006) entre outros fatores que aparecem em decorrência das estratégias que as famílias mobilizam frente as situações de risco. Neste sentido, como aponta Melo (2005), os fatores que interferem para o aumento da pobreza das mulheres estão vinculados majoritariamente à qualidade da sua inserção no mercado de trabalho, que as colocam em condições inferiores refletindo na sua sobrevivência<sup>2</sup>.

Para as mulheres esta realidade de carências é mais aguda, uma vez que elas realizam uma gama enorme de atividades não remuneradas, seja no âmbito mercantil, seja no seio da família, pela dedicação às atividades do lar que as fazem serem majoritariamente dependentes da provisão masculina para o sustento de suas famílias. [...] há uma nítida relação entre divisão do trabalho e a pobreza das mulheres; a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego (MELO, 2005, p.14).

Assim como aponta Melo (2005), a chefia feminina não pode ser indicada como único fator para a pobreza feminina, posto que na década de 90 o aumento da chefia feminina pode ser observado tanto em famílias pobres como em famílias não pobres. Mesmo assim, conforme a autora, a chefia feminina continua a ser foco de análise para a explicação do aumento da pobreza entre as mulheres, embora não possa ser utilizada como categoria explicativa em todas as situações que se apresentam.

O trabalho de homens e mulheres, configurados numa estrutura de divisão sexual do trabalho, como já dito, sofrem os rebatimentos das mudanças ocorridas no mundo do trabalho de formas diferentes. Isto por que clivagens de gênero que interferem na organização do trabalho entre os sexos têm um papel fundamental não só no modo como as mulheres se expressam no mercado de trabalho, mas também no desenho das políticas públicas, que de alguma forma, recriam as fronteiras que separam homens e mulheres, e invisibilizam estas últimas.

---

<sup>2</sup> Afirmar que a relação da mulher com o mundo do trabalho interfere na sua condição de pobreza, não elimina, a mulher como referência na família, como também um fator para o aumento da sua pobreza. Cabe afirmar que a mudança nos padrões de referência na família, o que aumenta a proporção das mulheres, não pode ser usada como única via explicativa para o aumento da pobreza entre as mulheres.

Dentro do conteúdo das estratégias de geração de renda fomentadas no contexto de avanço do projeto neoliberal, o que se observa é, de fato, a contramão do que se coloca enquanto política pública com recorte de gênero, raça/cor/etnia e geração.

A tradução em políticas focalizadas e compensatórias reforçou o caráter da “feminização da pobreza”, no sentido mais estrito do conceito, e colocou em pauta nas agendas públicas, políticas voltadas para mulheres pobres, que caminharam no sentido de “alívio” da pobreza, e não de ações que estivessem também articuladas com o processo de redistribuição de poder entre os sexos. Portanto, a ascensão da agenda de reforma neoliberal contribuiu para abafar muitas das reivindicações, surgidas nos movimento feministas, colocando em xeque as possibilidades para a construção da cidadania e melhora da qualidade de vida das mulheres, em particular, das mulheres pobres (SILVEIRA, 2003).

Assim como apontam Leporace e Fontoura (2004), no eixo das intervenções voltadas para a geração de renda, contempladas no I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, foram colocadas algumas diretrizes que deviam caminhar no sentido de promoção da independência econômica das mulheres, e alguns dos temas que foram foco das discussões na Conferência referem-se a geração de renda, mais especificamente com relação a implementação de políticas de emprego e renda combatendo as formas de discriminação baseadas no gênero, raça/etnia e geração e o fomento da promoção da autonomia das mulheres vítimas de violência através de estratégias de geração de renda e trabalho.

A conquista da autonomia econômica, neste sentido, encontra alguns obstáculos. O primeiro deles refere-se ao desenvolvimento de atividades consideradas “femininas” e, que de algum modo, sempre pertenceram ao universo do trabalho doméstico - como já abordado, práticas historicamente invisibilizadas e de baixo valor social.

Conforme Barbosa (2007, p.119) quando diz que a cadeia produtiva autônoma encontra-se subsumida ao ritmo e os ditames do mercado formal, deixando “a margem de autonomia pequena ou inexistente nos casos em que o empreendimento tem viabilidade econômica”, o trabalho desenvolvido a partir dos grupos de geração de renda, além de já nascerem sob estas condições, ainda contam com um baixo valor social e econômico agregados.

Outros problemas referem-se a obtenção de micro créditos para início do negócio, na medida em que as garantias exigidas pelas instituições financeiras muitas vezes extrapolam as possibilidades dessas mulheres, bem como a insuficiente análise de viabilidade econômica, refratando as possibilidades de sustentação no mercado.

É muita baixa a capacidade de sustentação econômica dessas atividades, com conseqüente impacto sobre as pessoas que nela se envolvem. Entre as 19 experiências consideradas inovadoras pelos gestores do plano, constata-se que nenhuma delas está referida a setores de ponta da economia, nenhuma está diretamente relacionada a atividades cujos níveis de desemprego tenham penalizado preferencialmente as mulheres (YANOULLAS, 2002, p.33).

As políticas de geração de renda que se pautam por esta perspectiva de intervenção pouco conseguem atingir o pressuposto da conquista de autonomia econômica pelas mulheres, assim como retrata Silveira (2003, p.68)

Consagram e reproduzem a tradicional divisão sexual do trabalho e ignoram um processo de construção da cidadania “não regulada” que se assenta na visão de sujeitos integrais que circulam nos espaços público e privado com autonomia.

A concretização da conquista da emancipação de mulheres em condição de pobreza através das políticas de geração de renda, neste contexto, precisa ser rediscutida, a fim de que se incorporem os elementos essenciais que pertencem atualmente ao debate acerca das relações de gênero, e em especial divisão sexual do trabalho, enquanto categoria essencial para a compreensão da organização das práticas sociais na sociedade, bem como os aspectos fundantes que invisibilizam as mulheres no processo de construção da história.

Assim, é a partir dessas indagações que também se questiona o impacto da política de geração de renda na vida das mulheres a que se destina ao passo que se coloca em pauta questões como autonomia e empoderamento, esvaziando o sentido dessas categorias no que elas realmente representam, ou ainda como refletem sobre o desenvolvimento do potencial do trabalho das mulheres, posto que reproduzem uma dimensão que, historicamente, as invisibilizaram enquanto sujeitos sociais. Por que não se oferecem alternativas de trabalho e qualificação que estão no conjunto de demandas do mercado ao invés de se recorrer sempre às atividades manuais? Ou ainda, o que orientam as iniciativas de geração de renda? Seria oferecer atividades que de fato qualifiquem as mulheres para o trabalho, ou que ressaltem as habilidades “naturais” das mulheres para ocupação do tempo? Para se chegar as respostas é fundamental a investigação da própria história, que revela o obscurecimento do trabalho feminino circunscrito na esfera doméstica, e de como a reformulação das políticas públicas orientadas pela perspectiva de gênero podem incidir positivamente nas fronteiras da divisão sexual e nas relações de poder entre os sexos.

Novellino (2004) trata este tipo de política como assistencialistas que se voltam para a família e não para a mulher, criando dependência, e “acima de tudo, não reconhecem as necessidades específicas de gênero relacionadas ao planejamento de políticas para as mulheres” (NOVELLINO, 2004, p.11). São questões a serem refletidas no conjunto do planejamento das políticas voltadas para a geração de renda, no sentido da promoção da emancipação e também da viabilização do processo que se compromete com a alteração das relações de poder entre os sexos.

### **Considerações finais**

É necessário considerar a dimensão sócio-histórica da divisão sexual do trabalho, vinculado a dinâmica das relações de classe e o conflito entre capital e trabalho e as práticas sociais estruturantes das relações entre homens e mulheres. A compreensão destes fatores – que embora possuam categorias próprias, não deixam de estar imbricados na trama social – permitem a superação das políticas públicas de geração de renda tal como se materializam atualmente: focalizadas, descontextualizadas e vazias do conteúdo de gênero, classe, raça/cor e etnia. Nesta perspectiva, podem (re) criar as possibilidades de se pensar em emancipação para mulheres pobres, e nesta trajetória assumir, enquanto poder público, a responsabilidade no rompimento com os paradigmas que se encontram profundamente vinculados com as assimetrias entre os sexos.

## Referências

- BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública: Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.
- BULHÕES, M, G, P. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul.** In: São Paulo em Perspectiva. Vol.18 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2004.
- CASTRO, M. G. **“Feminização da pobreza” em cenário neoliberal.** In: I Conferência Estadual da Mulher – Rio Grande do Sul: Coordenadoria Estadual da Mulher, 1999.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho.** In: Cadernos de Pesquisa, V. 37, n. 132, p. 595-609, Set/Dez, 2007.
- KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: EMÍLIO, M.; GODINHO, T.; NOBRE, M.; TEIXEIRA, M. (Orgs). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. 152p. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, 3).
- KON, A. **Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: Repercussões sobre o mercado de trabalho.** In: Seminário: As Famílias e as Políticas Públicas no Brasil. Belo Horizonte – MG: ABEP, 2005.
- LEPORACE, M.; FONTOURA, N. **Igualdade de Gênero no Trabalho e a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.** In: Mercado de Trabalho – IPEA. 25/novembro, 2004.
- LIRA, I. C. D. **Trabalho informal como alternativa ao desemprego: Desmistificando a Informalidade.** In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (orgs). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.
- LOBO, E. S. **A classe operária tem dois sexos.** São Paulo. Edit. Brasiliense, São Paulo, 1991.
- MELO, H. P. **Gênero e Pobreza no Brasil.** In: *Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em America Latina y El Caribe.* Brasília: CEPAL, 2005.
- NOVELLINO. M. S. F. **Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres.** In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Minas Gerais: ABEP, 2004.
- POCHMANN, M. **Rumos da política de Trabalho no Brasil.** In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (orgs). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.
- RAMOS, C. A. **Políticas de Geração de Emprego e Renda: Justificativas teóricas, contexto histórico e experiência brasileira.** In: texto para discussão N° 277. Brasília: UNB, 2006.

SILVEIRA, M. L. **Políticas Públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade.** In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (orgs). **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: coordenadoria especial da mulher, 2004. 188p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SUNKEL, G. **El papel de la familia em la proteccion social em America Latina.** CEPAL. Serie Politicas Sociales, Chile, 2006.

YANNOULAS, S. C. **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho.** Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA, 2002.